

Os impactos ambientais, A consciência ecológica e “A questão amazônica” como problema sócio-político internacional

Maria do Carmo Bezerra Maciel Bédard

Ph.D em Ciências Sociais / ULAVAL-Québec-Ca, Pós-Doctor/Sorbonne-França.

Resumo: Analisamos a "questão ecológica" como efeito do progresso tecnológico nas suas diferentes fases e enfatizamos sua dimensão prioritariamente política. A idéia central é a de que as novas tecnologias produzem um novo modelo de sociedade e de relações sociais, com inegável melhoria na qualidade de vida das populações, mas geram conflitos sócio-políticos e culturais. Nosso objetivo é analisar os impactos da tecnologia, e a “questão ecológica” na dimensão geopolítica. Partimos da hipótese de que esses impactos, gerados pela mundialização da produção e a globalização da economia, são causa e efeito das políticas de desenvolvimento. Relacionamos o desenvolvimento da consciência ecológica à construção da “questão Amazônica” como problema ecológico e político mundial. Nesta perspectiva estudamos a grande "questão ecológica brasileira": os impactos ambientais na Amazônia, sua devastação e internacionalização, e as condições políticas internas e internacionais para o seu aparecimento. Dentre as principais correntes que promovem a conscientização ecológica e denunciam os efeitos nefastos do progresso, destacamos a importância do Club de Roma e seu paradoxo político-teórico: pregar o fim de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração das matérias primas e no industrialismo, e subrepticiamente, realizar a apologia da mundialização, da planetarização da política, da cultura e da economia e defendendo um sistema de gerenciamento e tutela de sociedades “frágeis” econômica e politicamente, consideradas como grandes produtoras de riscos tecnológicos e ecológicos.

Palavras-chave: impactos ambientais; consciência ecológica; questão amazônica

Sumário: Introdução - 1 A “problematização” socio-ambiental da amazônia brasileira - 1.2 A emergência de problemas - 2 As réplicas - o nascimento de uma consciência ecológica - 3 O discurso do Clube de Roma e as preocupações com as novas tecnologias - 3.1 A ideologia planetária do clube de Roma - 3.2 As firmas multinacionais como modelo de sociedade - 3.3 Uma produção mundial exige uma nova forma de planejamento - 4 Condições geopolíticas da "questão ecológica - 5 A mundialização da produção, a globalização da economia e a “ questão ecológica” - 6 a questão ecológica e o conflito de interesses norte-sul - 6.1 Assimilação das economias do sul: contextualização das diferenças - 6.2 A amazônia como problema "nacional" - 6.3 - A internacionalização da questão amazônica: A Amazônia como "problema ambiental " e a Soberania Nacional - 7 Considerações provisórias sobre a realidade da "questão amazônica”.

Introdução

Sabemos que as inovações tecnológicas possibilitaram uma melhoria na qualidade de vida e em diferentes aspectos da nossa sociedade. O desenvolvimento industrial é inquestionavelmente um valor social e cultural moderno e a tecnologia é a ferramenta necessária para a realização deste objetivo em todo o planeta. Não podemos e nem queremos, enquanto sociedade, abdicar do direito à luta por melhores condições de vida, e sem dúvida, a tecnologia ocupa um importante papel na consecussão desses objetivos.

Todavia, algumas inovações tecnológicas provocaram profundas transformações nas relações sociais e trouxeram de maneira indesejada e imprevista, certos impactos nocivos

quer aos países tecnologicizados, grandes produtores e beneficiados dos avanços mais importantes, quer aos países em busca de desenvolvimento econômico e tecnológico. O "Paradoxo do Desenvolvimento" é aqui entendido como a contradição inerente ao progresso tecnológico, necessário, inevitável, mas perigoso.

Queremos discutir a "questão ecológica" como efeito do progresso tecnológico nas suas diferentes fases e dimensões, considerado neste contexto, numa perspectiva prioritariamente política e sociológica.

Desenvolvemos nosso tema, considerando sua emergência como problema socio-político-ambiental a partir da intensificação das consequências ambientais da Revolução industrial, agravadas pelos riscos da utilização da energia nuclear e pelos efeitos da bomba atômica e a conseqüente reação de cientistas e da população, organizada sob a égide do Club de Roma, marcando o surgimento de uma consciência ecológica internacional.

Em seguida, apresentamos a contribuição do Clube de Roma para a formação dessa consciência ecológica, ao mesmo tempo em que apontamos na ação ambientalista desta organização, uma grande contradição política-ambiental que trazia no seu bojo, as atuais ideologias inspiradas no neo-liberalismo.

As análises do Clube de Roma, apontam os efeitos nefastos do progresso e pregam o fim de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração das matérias primas e no industrialismo, mas realizam a apologia da mundialização, da planetarização da economia e apontam o modelo político-produtivo das multinacionais como o exemplo de sociedade do futuro, onde os nacionalismos constituem empecilhos ao progresso.

Abordamos neste contexto, as condições geopolíticas da emergência da "questão ecológica", a mundialização da produção e a globalização da economia como fenômenos interrelacionados e interdependentes.

Finalmente, analisamos o cerne da "questão ecológica" enquanto problema político internacional, isto é; a sua manifestação como conflito de interesses entre o Norte e o Sul.

Nesta perspectiva estudamos a grande "Questão Ecológica brasileira": os impactos ambientais na Amazônia, sua devastação e internacionalização, e a resposta do Brasil às pressões internacionais daí decorrentes.

1 A "problematização" socio-ambiental da amazônia brasileira

Escolhemos considerar a questão Amazônica, como a "questão ecológica e tecnológica" nacional, porque é aquela que tem caracterizado os maiores conflitos internos e externos, ligando o tecnológico ao social e ao político, quer no sentido ambiental, quer no sentido mais amplo das relações de dominação.

A questão ambiental-tecnológica amazônica, é sem dúvida, aquela que tem tido maior repercussão a nível internacional, embora outros problemas enormemente graves como a poluição nos grandes centros, a contaminação do solo pelos agrotóxicos, as precárias condições de armazenamento e tratamento do lixo urbano, sejam de uma amplitude e gigantismo incontestáveis.

Esta questão reflete na área ambiental, os impactos da mundialização da economia e o deslocamento do "poder" internacional das Grandes Potências, que sempre atuaram na

área militar-tecnológica, para o controle político dos países tecnologicamente retardados, sob as "escusas da preservação ambiental."

1.2 A emergência de problemas

Não podemos nos limitar aos dias atuais a perceber e conceber as modificações permanentes entre as populações humanas e seu meio. Compreender as interrelações entre causas e conseqüências das opções econômicas e dos processos políticos ocorridos desde a Revolução industrial, é apenas a condição indispensável para o compromisso com a transformação social nos níveis micropolíticos e subjetivos, que levem a uma mudança de mentalidade e de subjetividade; e no plano macropolítico, promovam a ação efetiva do Estado, pela elaboração e implementação de políticas públicas comprometidas com uma visão ética e socialmente responsável, do processo de desenvolvimento.

Com a revolução industrial, a ação humana se multiplica. O meio ambiente torna-se mais amplamente e mais profundamente utilizado e explorado.

Em primeiro, lugar dentro dos países que se industrializam , depois, naqueles países que, de uma maneira ou de outra, foram associados a estes países industrializados, e quase sempre explorados. A partir de 1950-1980, as relações humanas com a natureza foram profundamente modificadas. Os solos e os subsolos foram explorados para satisfazerem às necessidades de uma população crescente. A indústria torna-se grande fonte de consumo de energia e de matérias -primas.

As necessidades humanas aparecem aos economistas da época como ilimitadas e a economia se tornava mais e mais capaz de lhes satisfazer. Continentes inteiros foram "abertos" à agricultura ou extração de matérias primas, para cobrir as necessidades dos países em processo de industrialização.

A degradação do meio, consecutiva à economia industrial, tomou diferentes formas. Em primeiro lugar, com a exploração contínua, as matérias primas tornaram-se mais raras e somente, ao preço do deslocamento dos fluxos produtivos, e da abertura de novos espaços, e em novas regiões do globo, sua abundância poderia persistir.

O reconhecido esgotamento de certos recursos naturais era circunscrito a certas regiões e não podia ainda ser considerado sob um prisma planetário absoluto. As degradações feitas aqui e acolá não inquietavam substancialmente, é tanto, que durante muito tempo, era possível encontrar as mesmas matérias primas em lugares diferentes.

Nas mais diversas representações sociais do mundo em evolução, o otimismo reinava e a degradação ambiental não era considerada um "problema". A maior parte dos pensadores da época industrial acreditavam que o crescimento econômico sem limites era não somente desejável, mas também possível. Malthus e Ricardo constituíam de certa forma, exceções a esse pensamento progressista, pois previam limites naturais ao crescimento econômico.

Paralelamente, a industrialização, combinada ao crescimento demográfico, fizeram diminuir a natureza verde. Os maiores exemplos são a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos.¹

A degradação do meio-ambiente não se manifesta somente no desaparecimento dos recursos naturais. A industrialização acompanhada de uma forte urbanização vai criar impactos ambientais pariculares.

Os sistemas coletivos de coleta de lixo, os resíduos industriais tornaram-se defeituosos à um ponto tal que, segundo Munford (1974) a cidade industrial é nítidamente menos higiênica que as cidades medievais². Não é por acaso que os primeiros posicionamentos urbanísticos serão mais tarde, a higiene e a limpeza públicas.³ A intensificação dos efeitos das poluições externas e internas à usina é uma marca registrada de comércio da industrialização.⁴ Este meio ambiente físico degradado pode ser também relacionado diretamente à pior qualidade do ar e da água, da poluição pelo monóxido de carbono, do tráfego em excesso, do desemprego, da pobreza crescente, da prostituição e de outras formas de violência.

A metrópole passa a ser contestada, em grande parte, por causa de suas condições de vida cada vez mais precárias. Este meio ambiente físico degradado pode ser também relacionado diretamente à pior qualidade do ar e da água, essenciais à vida, necessariamente comuns à sociedade como um todo, e objetos da ação do Estado para o cumprimento do pacto político com a sociedade.

2 As réplicas - o nascimento de uma consciência ecológica

Uma das características mais importantes dos problemas ambientais, estão no âmago da concepção de Durkheim⁵ sobre a "solidariedade orgânica" da sociedade complexa. Nesta, o egoísmo individual, no afã de garantir seu bem-estar, leva à consciência de um estado compulsório de cooperação e co-responsabilização, em que o controle social passa a ser exercido em dupla extensão: uma, de indivíduo sobre indivíduo, que fiscalizam-se mutuamente para que um, não prejudique as condições de vida do outro; e a segunda perspectiva, esses indivíduos unidos, consolidam os laços sociais, organizam-se e pressionam o Estado para que efetive o controle legal, fonte de segurança social. Dessa interdependência, nasce a consciência ecológica.

Essa consciência ecológica crescente, passa a ser a grande idéia legitimadora da visão planetária, que Edgar Morin (1989) define assim: "A consciência ecológica é: 1°) A consciência de que o meio ambiente é um ecossistema, quer dizer, uma totalidade viva, auto-organizada (espontânea); 2°) A consciência da consciência de nossa interdependência, quer dizer, da relação fundamental com o ecossistema. É essa consciência que nos motiva a rejeitar nossa visão de mundo-objeto e do homem isolado."⁶

Somente no fim do século IX e início do século XX, cristaliza-se uma consciência ecológica e se desenvolve uma consciência ambiental. Robert Paehlke a define como ideologia constituída por "um conjunto de idéias políticas, uma visão do mundo às vezes global e plena de valores"⁷.

Esta ideologia ecológica, nasce de uma primeira forma, dentro de uma dupla vontade de proteger os espaços naturais raros ou excepcionais e de conservar os recursos. Desde sua origem, o ecologismo - ou ambientalismo - se manifesta sob a forma de dois

"Movimentos Sociais" distintos. O primeiro, abraçou como principal objetivo a proteção do meio ambiente para assegurar a continuidade dos recursos naturais numa perspectiva a longo termo.

Este Movimento, chamado conservacionista, surge sobretudo nos Estados Unidos, a partir de uma tomada de consciência de que os solos agrícolas e as florestas estavam ameaçados. Movimento nascido das classes médias urbanas e profissionais liberais, foi considerado um movimento modernista e progressista⁸. A idéia de rendimentos sustentados fez sua aparição, idéia recuperada hoje, bem mais ampliada, sob o vocábulo de desenvolvimento durável ou sustentável.

À este movimento conservacionista, fundado com princípios utilitaristas⁹ veio opor-se um Movimento Preservacionista (Thoureau e Muir, os mais célebres), segundo o qual a proteção da natureza comporta outros objetivos sociais e políticos, e não pode ser reduzido apenas à garantia dos recursos.

3 O discurso do Clube de Roma e as preocupações com as novas tecnologias

Pela primeira vez na história das sociedades, assistimos à emergência de um discurso que toca ao mesmo tempo os países industrializados e os países em desenvolvimento. Este discurso tem como eixo central a evolução da tecnologia no mundo e seus impactos.

A "questão ecológica" e a proteção do meio ambiente constituem uma temática que coloca a todos o mesmo problema último; àquele da sobrevivência da espécie e da proteção da terra face à velocidade e à imprevisibilidade das inovações tecnológicas e de seus efeitos, nem sempre benéficos ao homem e seu meio.

Este discurso e a preocupação com certos impactos provocados pelo desenvolvimento da técnica e da ciência é relativamente recente. Ele apareceu pela primeira vez com as consequências da bomba atômica em Hiroshima que provocou em alguns setores da sociedade americana, uma consciência de que a tecnologia, embora, uma conquista inquestionável das sociedades e potencialmente portadora de um melhor nível de vida, poderia também inviabilizar a própria vida sobre o planeta, caso não fosse controlada pela sociedade que a desenvolveu..

O debate procurou particularmente dar uma nova dimensão à noção de desenvolvimento, até então identificado com industrialismo, à medida onde este desenvolvimento trazia relações implícitas com o meio ambiente.

Dentre os problemas mais inquietantes do desenvolvimento, podemos citar as manifestações dos países desenvolvidos preocupados com a explosão demográfica, o uso intempestivo da tecnologia, a destruição das terras férteis, o desenvolvimento urbano desordenado, a diminuição dos espaços disponíveis, a extinção progressiva das espécies animais e vegetais, a escassez dos recursos naturais, a aceleração das diferentes formas de poluição e de contaminação do planeta, etc.

3.1 A ideologia planetária do clube de Roma

A mundialização encontrou sua justificação ideológica nos trabalhos do Clube de Roma. Este, propunha uma visão sistêmica do planeta, faz-se defensor das novas interdependências internacionais, do anti-estatismo e do mundialismo, idealmente

representado pelas firmas multinacionais que deveriam assumir a liderança do "sistema Mundo".

Seus representantes insistem sobre a interdependência atual das sociedades, devido ao desenvolvimento da tecnologia e das relações econômicas. Esta Interdependência seria ainda reforçada, segundo os mesmos, pelo desenvolvimento do processo de interação transnacional entre as diversas sociedades, processo que escapa em parte ao controle dos governos. Esta interdependência teria uma influência crescente sobre a elaboração da política, tanto interna, quanto estrangeira.

(...) O Relatório do Clube de Roma, considera que este processo de mundialização conduzirá não somente ao reconhecimento da necessidade de uma melhor cooperação no plano mundial, mas também e sobretudo, a colocar em questão a capacidade das instituições estatais atuais de se engajar numa ação cooperativa, e gerir essa indispensável interdependência, para planificar o desenvolvimento da humanidade. (Op.cit, p 20).

Segundo esta corrente de pensamento, o processo de modernização - através da a dinâmica das novas tecnologias, da economia e dos sistemas de valores atuais - tende a tornar o Estado-Nação como modelo institucional ultrapassado.

O Estado-Nação, nos dizem eles, parece em efeito cada vez menos capaz em esponder às exigências, às tarefas e aos problemas novos que este processo de modernização fez nascer.

Alberto Peccei e Siebcker, fundadores do Club de Roma, soulinham,:" os problemas que se colocam hoje à humanidade são tão complexos e tão interrelacionados, que não é mais possível resolve-los com funções e métodos de instituições tradicionais. " (Op. cit., pp.84-85.)

- Fundamentando essa crença na incapacidade dos Estados-Nações e na fragilidade de suas ações, afirma Maurice Guernier: "os governos são muito pequenos para os grandes problemas". (Terceiro Mundo: três quartos do mundo.", op. cit., p.85).

A consciência ecológica difundida pelo Club de Roma, indiretamente desqualifica o princípio de soberania territorial, sobre o qual repousa o Estado Moderno. Esse princípio é visto como " o primeiro obstáculo à paz e ao progresso". (Discurso de abertura da Reunião do Clube de Roma em Berlin, 3-6 de outubro 1979.).

Para Peccei, o princípio da soberania territorial, estabelecido em 1648, na Guerra de Trinta anos e no feudalismo, ainda hoje dominante, é obsoleto e inadequado à nova realidade-mundo. E ele diz: "Quase tudo mudou no curso destes três séculos e meio, à excessão de nossa filosofia política fundamental. (...) À esta época, as pessoas atravessavam a Europa à pés ou a cavalo e utilizavam lâmpadas à óleo. Hoje, temos aviões supersônicos e o mundo inteiro entra em nossa casa graças à televisão via satélite. Entretanto, a base da unidade funcional da política mundial continua o Estado Nacional Soberano de antigamente.

Segundo esta ideologia, o nacionalismo, a ditadura, o militarismo e o racismo se desenvolvem em nome desta soberania, enquanto as aspirações das minorias são menosprezadas. A divisão do mundo em entidades soberanas introvertidas e paradisíacas - contrasta fortemente com a realidade de interdependência, restando assim todo um sistema ingovernável e axficiando o espírito de solidariedade mundial sem o qual não pode haver verdadeiramente um futuro (Op. cit, 1978., p. 18.)"

Recomendam, dentro de seu projeto de reestruturação da emergente ordem mundial, uma nova concepção de Soberania, que eles qualificam de funcional. Nesta perspectiva, "É o fato de exercer uma jurisdição que determina o exercício da soberania e não do espaço territorial." (...) Isto significa que certos tipos de decisões - estas que têm consequências planetárias - devem ser tomadas por instâncias internacionais, representativas da população do mundo inteiro. A ordem internacional deve ser construída segundo o princípio da generalidade de interesses, independentemente da concepção de Nação. (In. Norte-Sul: desafio ou diálogo?). op. cit. pp.97 e 99.)".

Os Trabalhos do Clube de Roma são unânimes à reconhecer que o Estado, não pode mais, por ele mesmo, responder às exigências do mundo moderno.

"Enquanto que as atitudes do homem face ao meio ambiente e à sociedade se desenvolvem rapidamente, as instituições políticas que têm por objetivo utilizar estas atitudes restam elas mesmas, isto é; estagnadas. É por isso que é urgente que elas evoluam, segundo Dennis Gabor, Umberto Colombo, para quem "Sair da época do desperdício", (op.cit. p.219.)

A consciência ecológica atual carrega em seu bojo a legitimação das decisões suparacionais. Os diversos grupos ativistas, quer numa perspectiva científica, explicativa dos problemas ambientais, quer na dimensão da atuação política, advogam que no atual momento da problemática mundial, mesmo que um certo número de decisões possam ser tomadas à un nível inferior, isto é; nacional; as escolhas importantes, aquelas que concernem à humanidade e podem determinar seu futuro, devem acontecer a nível mundial.

3.2 As firmas multinacionais como modelo de sociedade

Alberto Peccei insiste sobre o papel inovador e exemplar que poderiam desempenhar, segundo ele, as sociedades multinacionais na reconstrução do sistema mundial: "Em um mundo cada vez mais interdependente e exigindo uma estrita cooperação econômica e mesmo uma integração, o desenvolvimento das sociedades multinacionais fez bem a prova do dinamismo deste tipo de empresa, capaz de adaptar rapidamente sua ação e suas estruturas às exigências decorrentes das mudanças ideológicas, sociais e políticas. (op.cit. p.8).

Neste mesmo documento Peccei afirma que para ele, as multinacionais são instrumentos de paz, porque opostas à guerra, uma vez que as crises e os conflitos internacionais são contrários aos seus interesses e constituem obstáculos ao desenvolvimento harmônico de suas atividades. Daí sua conclusão: "Não podemos dizer que as Multinacionais são a panacéia para todos os problemas mundiais, ela é entretanto a moeda (o capital) mais capaz de operar esta internacionalização da sociedade humana que pensamos indispensável" (Ibid, p.8).

É necessário entretanto, precisa Peccei, que a firma multinacional seja verdadeiramente internacional, isto é; abandone totalmente as bases nacionais que são ainda as suas atualmente. Isto deverá permitir especialmente o desaparecimento das críticas que são endereçadas frequentemente às multinacionais, quando as acusam de ser um simples reflexo de uma potência (estatal) estrangeira na execução de sua política externa. (Op. cit. p. 88-89.)

3.3 Uma produção mundial exige uma nova forma de planejamento

En efeito, segundo Peccei, a aplicação de princípios que são o fundamento da firma multinacional à gestão do mundo ele mesmo garantiria uma política moderna e planificada. Considerava que a racionalização mundialista de todo o ciclo produtivo envolvia a pesquisa, a produção e a distribuição, e provocava uma maximização dos recursos existentes, do progresso tecnológico além das fronteiras, e da qualidade de vida levada a todos. Esse sistema mundial produtivo seria acompanhado pelo sistema de ganhos sociais generalizados e por isto era fundamentalmente justo e ultrapassava a esfera limitada da grande empresa. Sua premissa expressa essa crença: "Si quisermos atingir nosso objetivo, devemos sem tardar, atingir o estágio onde a capacidade e os esforços de produção do mundo serão unificados e internacionalizados de uma maneira ou de outra para formar o que se poderia chamar, segundo o prof. Hovard . Permuter, " O Estado Industrial Global". (Op. cit.89).

Ao procurar descobrir a estrutura subjacente e as raízes profundas da ideologia do Clube e Roma, percebe-se que estas ultrapassam a simples evidência deste discurso. Ao analisar seu tema central – os efeitos do progresso tecnológico, fica evidente que o tema político-ideológico da solidariedade mundial é de natureza tecnocrática. A racionalidade de onde ela procede é ela mesma profundamente tecnocrática. Podemos entender por "ideologia tecnocrática, uma concepção segundo a qual a política deve ser conduzida segundo os princípios da Eficácia Máxima (Qualidade Total) e submetida à uma racionalidade técnica, escapando assim à ideologia, graças sobretudo ao recurso às diferentes ciências. Muitas razões permitem relacionar o discurso do Clube de Roma à corrente tecnocrática, que marca sem dúvida profundamente nossa época.

Em primeiro lugar, como já observamos, a maior parte dos trabalhos do Clube de Roma, constituem uma análise amplamente distorcida dos problemas contemporâneos, que tendem à eliminar a dimensão política e conflitual das relações sociais. Pode-se constatar nestes estudos sobre a problemática mundial, bem como nas proposições formuladas, uma ausência quase total de uma análise política, o que é próprio à toda estratégia de inspiração tecnocrática.

Diante do exposto, nos parece necessário mencionar que esta escolha tecnocrática em favor das Multinacionais, pode satisfazer aos acionários mas não faz parte necessariamente dos interesses dos povos do Terceiro Mundo que, dentro dessa "exploração racional e otimizada dos recursos naturais planetários," têm o encargo de fornecer o simples trabalho e a matéria prima para o sistema mundial de produção.

4 Condições geopolíticas da "questão ecológica"

Com a aparente descompressão entre as duas grandes potências e o fim da cognominada "guerra fria" assistimos a uma nova "ordem mundial". Esta "nova ordem", é normalmente apresentada como "globalização da economia", porque faz a interligação cada vez mais dinâmica do mercado internacional, e provoca mudanças culturais profundas, dentro das quais as novas tecnologias ocupam um lugar de destaque. Dentre estas tecnologias, a cibernética, ou mais especificamente a informatização e telecomunicações representam o motor destas transformações. Aparentemente acabada a disputa entre os E. Unidos e a ex-U.R.S.S pela hegemonia comercial e geopolítica, as políticas ambientais, passam a ser o centro das atenções e das discussões diplomáticas.

Nesta "nova ordem" os conflitos latentes ou explícitos nas relações de poder entre as Nações, são deslocadas da questão armamentista-militar (portanto de alta tecnologia) e transferidos para a preocupação com o "destino do mundo", quer através da ameaça atômica, ainda presente, e sobretudo mais vulnerável pela fragmentação do poder das

antigas Repúblicas Soviéticas, detentoras deste potencial destutivo, quer pelos riscos produzidos pelos países em desenvolvimento.

A idéia de "Uma só Terra" presente no Relatório Bruntland, (Stockolm, Suécia, 1972) e sob as influencias das publicações alarmistas do Club de Roma, (Roma, 1960) cria-se a ideologia "da ecologia" como instância de cooperação e interdependência entre as Nações, apresenda ao mundo sob a forma de uma "globalização " e universalização "geopolíticas" necessárias e inevitáveis.

Esta ideologia escamoteia os interesses econômicos sob a forma de uma preocupação humanística com os destinos dos recursos naturais do planeta e dos problemas ecológicos antes considerados pricipalmente locais e regionais.

Cristaliza-se nos países desenvolvidos, toda uma produção de um discurso internacional sobre a "Planetarização dos recursos naturais". Atualmente, fala-se desses bens como sendo áreas e recursos que não pertencem nem a pessoas, nem a Estados; quer se trate da atmosfera, dos oceanos, das florestas, da Antártica ou do Espaço.

Sem esta Universalização do "Direito de Uso" da propriedade, a super exploração e o uso abusivo desses espaços e desses recursos são julgados inevitáveis.

É verdade, que "estes bens comuns planetários" sofrem atalmente, em níveis diversos, os efeitos indesejáveis de tecnologias poluentes e da irresponsabilidade ecológica e mesmo política de diversos países, mas todos foram objeto de projetos e tratados entre diferentes Nações que impõem a gestão coletiva e "supra-nacional" de seus problemas ambientais. Entretanto, vemos que a maioria desses "Recursos Planetários" ou outros bens ambientais assim considerados, estão em grande parte, nos países do Terceiro Mundo, e que os organismos internacionais podem potencialmente controlar.

Dentre as regiões, que em certos meios são encampados por este discurso, está a Floresta Tropical Húmida, transformada em recurso planetário e em "Pulmão do Mundo", porque abriga uma parte da riqueza biológica do globo..

Diante das taxas atuais de extinção das espécies, o Norte (e mais especificamente os interesses agro-comerciais e farmacêuticos) faz cada vez mais pressão para que os recursos bio-genéticos do Terceiro Mundo sejam designados como Patrimônio da Humanidade, isto é; como bens planetários sem pertenciemnto territorial. (Paradoxalmemnte, as perdas de biodiversidade em muitas destas Regiões em causa, são geralmente provocadas por tecnologias e formas de exploração realizadas pelo Norte.)

5 A mundialização da produção, a globalização da economia e a “ questão ecológica”

A inovação tecnológica deve ser pensada hoje dentro de um quadro de um mercado mundial global. A hora não é mais aos quadros fechados das economias nacionais. A grande concentração de capitais e os ganhos de produtividade enormes de certos países, levam à uma globalização cada vez maior do mercado.

Apesar de uma consciência quase universal, do fato de que existe uma crise ambiental e do desenvolvimento, e do fato de que existe uma obrigação de regulamentar os mercados e as empresas, acontesem, cada vez mais, uma pressão quase generalizada por medidas que favoreçam o livre-comércio internacional e a redução das formas legítimas de contrôle do público face à essas sociedades comerciais.

Sabemos que a liberação do comércio não é necessariamente sinônimo de justiça. Quando um país forte econômica e tecnologicamente insiste para que um país com frágil economia e tecnologia dependente, aceite incondicionalmente uma livre circulação de bens e serviços e renuncie ao controle sobre seus investimentos, este país frágil, pode tornar-se ainda mais vulnerável e a maioria das vantagens irão ao país mais forte.

De fato, em tais condições, as empresas locais de bens e serviços dos países do Terceiro-Mundo, fecharão suas portas e veremos um maior número de propriedades nas mãos de estrangeiros e um controle maior das economias dos países dependentes.

O Norte, procura, entre outras, assujeitar o setor dos serviços às regras do GATT ou à uma regulamentação de uma mesma natureza. Ele propõe obrigar todos os membros do GATT a deixar as empresas estrangeiras de serviços (nos setores como os de Bancos, de Seguros, financeiros, de Serviços profissionais, dos meios de comunicação de massa e da cultura) se implantar sob o solo nacional e receber um tratamento como qualquer outra indústria nacional (haja vista a nova concepção legitimada pelo Congresso Nacional de "Empresa Nacional"- como "Qualquer Empresa Estabelecida em Território Brasileiro).

O verdadeiro motivo das iniciativas da liberação do mercado às empresas internacionais é um interesse egoísta dos países dominantes, e não uma coerente ideologia de justa competitividade.

No que tange aos aspectos dos direitos de propriedade intelectual que tocam ao comércio (APIC), o Norte propõe que os países do Terceiro-Mundo adotem, dentro de domínios conexos, leis rigorosas para a proteção dos interesses de pessoas físicas e jurídicas, (às quais pertencem 99% das patentes registradas no mundo) e a conceder direitos monopolistas sobre as tecnologias, às sociedades transnacionais. Este protecionismo prejudicaria sobretudo, o desenvolvimento tecnológico dos países do Sul.

6 a questão ecológica e o conflito de interesses norte-sul

A internacionalização da economia e de suas consequências para o meio ambiente provocaram novas percepções sobre a relação tecnologia - sociedade, e levaram à formulação de um novo discurso sobre a questão ambiental.

Este discurso mete em evidência conflitos de interesses entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e traz novos paradigmas para as relações internacionais, que são formulados principalmente em três direções:

- O primeiro, ligado aos temas trazidos pela crise ecológica mundial, isto é; a percepção da finitude e do esgotamento dos recursos naturais e a crítica de um modelo de desenvolvimento sustentado sobre o emprego incontrolado de inovações tecnológicas muitas vezes, prejudiciais ao meio ambiente;
- O segundo, partindo da concepção de que os perigos ecológicos não conhecem fronteiras e, neste sentido, as fronteiras geopolíticas não correspondiam às fronteiras ambientais;
- O terceiro, centrado sobre o conceito de "Segurança" ambiental, segundo a qual a destruição dos recursos naturais de um certo país, colocaria em perigo a saúde e o bem-estar das populações de outros países. Em consequência, surge outro conceito, o de "Patrimônio Comum da Humanidade", segundo o qual, certas riquezas naturais e ecológicas "pertenceriam" à todos os países indistintamente.

As duas primeiras concepções estão ligadas à ressonância dos movimentos ecológicos, enquanto o terceiro se presta ao discurso estratégico e político dos organismos oficiais internacionais e coloca em cheque a concepção de auto-determinação e de soberania das Nações.

6.1 Assimilação das economias do sul: contextualização das diferenças

O colonialismo transformou massivamente as economias do Terceiro Mundo. A intensificação ulterior desta transformação pela propagação de uma economia de mercado mundial dominado pelo Norte está no coração das causas internacionais da evolução da "questão ambiental".

O movimento de expansão econômica levou o mercado ocidental a colonizar os territórios do Terceiro - Mundo para "gerar" tanto as disponibilidades em matérias-primas como a introdução dos bens, das técnicas e das indústrias de fabricação.

Se esse processo não se realiza mais pela força, pela imposição colonizadora do passado, mesmo assim, concretiza-se através de "conselhos", de "incentivos" ou de sanções econômicas à continuar a exportar à preços insignificantes, enormes quantidades de matérias- primas.¹⁰ Assim, à época pós-colonial onde as Sociedades Transnacionais do Norte são implantadas dentro dos quatro cantos do globo, o regime colonial de produção e de comércio mundial conquistou ainda mais força.

Este movimento de "desenvolvimento" foi enormemente favorecido pelos Bancos Comerciais privados que emprestam aos governos ou ao setor privado, através dos Organismos multilaterais .

Todos os programas de ajuda bilateral, bem como os institutos ou fundações de pesquisa que asseguram um suporte técnico e financeiro, e que "contribuem com uma "ajuda" ou com "conselhos técnicos", fazem a promoção de certos tipos de tecnologia e asseguram este "suporte técnico e financeiro" que redundam em diferentes mecanismos de "condução" das políticas internas.

A dependência post-colonial persistente no Sul em relação ao Norte, muito contribuiu na adoção a nível nacional de políticas e de medidas nefastas ao meio ambiente. Primeiro, porque os acordos econômicos para o desenvolvimento do Sul financiaram o desmatamento e a exportação de matérias primas dessas regiões para os países do Norte; segundo porque os países industrializados produzem um "efeito demonstração".....

A questão amazônica é, em parte, uma das consequências destas relações.

6.2 A Amazônia como problema "nacional"

A Amazônia transforma-se em um problema para a economia interna no fim da II Guerra Mundial, depois da queda da borracha no mercado internacional, quando esta perde sua importância como produto de exportação e que o modelo de desenvolvimento do Norte torna-se o modelo nacional de progresso.

Foi então que Regiões do Brasil que apresentavam fatores difíceis à superar para a industrialização, ganharam o estatuto de "Regiões Problema".

Neste sentido, a resposta do Brasil às ingerências externas, apesar de uma aparente autonomia e independência, termina por uma "quase" sujeição que se torna evidente seja pela elaboração de políticas econômicas que não refletem as necessidades mais urgentes da maioria da população, seja pela aceitação de acordos de cooperação que favorecem principalmente os países ricos.

Se analisarmos o papel de muitos organismos de ajuda depois da II Guerra mundial, uma grande parte dos programas internacionais financiados ou promovidos por entidades estrangeiras, provocaram efeitos ecológicos destruidores.

No caso da Amazônia é conhecido que importantes problemas ambientais foram criados após o financiamento, pelo Banco Mundial, de projetos de extração dos minerais destinados à exportação, como foi o caso do Projeto Carajás¹¹.

Só recentemente, com a crescente participação do público, é que a percepção desta destruição ambiental causada pelos programas do Banco Mundial, dos Bancos Regionais de Desenvolvimento, pela FAO, do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas de importação e Comércio) e de outros organismos de ajuda bilateral dos Governos do Norte, é redimensionada.

É neste contexto, que questões ecológicas particulares dominam o debate ecológico internacional.

Muitos atores deste debate, notadamente inúmeros governos do Norte não colocam no mesmo plano de "problemática planetária" outras questões ecológicas internacionais que fazem massivamente entrave ao desenvolvimento nacional e regional e à qualidade do meio ambiente no Sul.

Estes interlocutores, mesmo em afirmando que os problemas ecológicos não têm fronteiras, deixam à responsabilidade ou à irresponsabilidade, ou à impotência, de cada país, a resolução destes problemas "planetarizados".

Esta posição entretanto não leva à solução das causas sistêmicas da degradação ambiental à nível internacional, como aquela que consideramos fundamental, que é a pobreza. Essas instâncias internacionais evitam toda discussão séria sobre a reestruturação das relações econômicas internacionais.

O fosso entre o Norte e o Sul aumenta com a interpretação falaciosa de que existe uma globalidade dos problemas ambientais. Si é verdade que ameaças ambientais sérias pesam sobre todo o planeta, não se justificam as exigências de que todos os países contribuam de forma igual e devam repartir de forma equânime esta responsabilidade. Ao contrário; estratégias diferentes são indispensáveis. Neste sentido, quanto mais os países do Norte insistirem sobre o estabelecimento de limites ao crescimento econômico, mais os países do Sul se sentirão ameaçados no seu projeto de melhores condições de vida.

Os países do Sul sabem que o crescimento econômico, por si só não é suficiente. Em particular, o crescimento na desigualdade aumentará a necessidade de justiça social. Este crescimento deve ser realizado sob o objetivo de uma redistribuição das riquezas e dos salários, o único modelo válido a nível planetário e a longo termo, sustentável. O desenvolvimento econômico e social, dentro do qual o aspecto tecnológico é sem dúvidas

importante, sustenta-se através de uma multiplicidade de soluções adaptadas ao contexto ecológico e cultural, elaborados e realizadas em colaboração estreita com as populações interessadas. O exercício efetivo da democracia participativa é a condição política.

Neste contexto, como podemos ligar a "Questão Ecológica" à "Questão Tecnológica"? De uma certa forma, a questão ambiental e tecnológica amazônica, tem servido de "boi de piranha" para evitar-se uma discussão mais séria e justa sobre a defasagem tecnológica de nosso país e sobre a transferência de tecnologias poluentes e obsoletas. Mais ainda, sobre a realidade de uma política econômica internacional discriminatória em relação à entrada do Brasil em outros mercados externos segundo parâmetros comerciais mais justos.

A questão amazônica nos leva a pensar na urgência do aparecimento de uma "cultura tecnológica nacional", onde se empregue internamente, altos investimentos na formação de recursos humanos, e se concretize uma política científica eficaz e de tal forma a oferecer condições à empresa nacional de tornar-se competitiva em termos de qualidade e de produtividade.

Esta é uma função principalmente do Estado, que em última instância é o responsável pelo seu crescimento tecnológico e pela regulamentação das relações sociais. Não estamos defendendo um isolamento, propondo uma reserva de mercado e o fechamento das importações.

Estamos tentando chamar a atenção para a responsabilidade pública e privada na complexa questão da transferência de tecnologia, que apesar dos perigos é inevitável no atual estágio de desenvolvimento em que estamos. Todavia, é imperativo que a introdução dessas inovações tecnológicas mundiais, possibilite, através de um processo inteligente de aproveitamento de experiências e produtos já desenvolvidos, as condições científicas e técnicas de criação de tecnologias de ponta, tornando-nos competitivos no plano científico e tecnológico.

As importações irracionais, a incorporação pura e simples de "pacotes informáticos" incompetentes aos modelos internos, como temos vivenciado em muitos setores, trazem como consequência o desequilíbrio da nossa balança de pagamentos e provocam desemprego e crise social.

Para que a ciência e a tecnologia possam realmente contribuir para o desenvolvimento do Terceiro Mundo, é preciso uma profunda transformação nas estruturas do esforço científico e tecnológico mundial. Essas mudanças, para atingirem os objetivos preconizados devem refletir o compromisso firme dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos para uma relação compensatória e mais justa aos países em desenvolvimento.

Segundo (SAGASTI, 1986.), elas podem ser classificadas em três categorias:

- a- modificação da divisão internacional do trabalho e da orientação das atividades científicas e tecnológicas a nível mundial;
- b- geração de uma capacidade científica e tecnológica a nível mundial;
- c- incorporação plena da ciência e da tecnologia ao planejamento e desenvolvimento.¹²

6.3 - A internacionalização da questão amazônica: A Amazônia como "problema ambiental " e a Soberania Nacional

Expressando esse conflito de interesse e a ideologia da "planetarização do patrimônio comum da humanidade, surge um discurso internacional sobre a Amazônia, que no contexto da mundialização das questões ecológicas, coloca o Brasil, ou mais especificamente a Amazônia como "questão ecológica internacional".

Essa visão internacional sobre a universalização da Amazônia traz consequências internas e externas sobre as políticas econômicas e ambientais brasileiras, e porque não dizer, sobre o próprio exercício da soberania nacional.

A trama da questão ambiental amazônica reflete a existência de diferentes interesses externos e internos interdependentes.

Segundo alguns líderes políticos mundiais, a Amazônia faz parte dos "bens Comuns Planetários e a realização de ações predatórias ao meio ambiente devem ser controladas internacionalmente.

"O Presidente da França, M. François Mitterand, defende o princípio segundo o qual o Brasil deve aceitar que a sua soberania sobre a Amazônia, seja "relativa".

O então Presidente da antiga República Socialista Soviética, Gorbachev, afirmou em seu relatório enviado ao Soviet Supremo, a 29-11-1988, que "Há uma tendência geral dos Estados de Delegar uma parte de seus direitos aos organismos internacionais competentes, os quais, agindo em seu nome, ditam as normas racionais de utilização dos recursos naturais.

Partilham desta posição, certos Organismos de financiamento internacionais, tais como o Bird e o Banco Mundial, que têm condicionado diversos projetos de cooperação econômica, à diminuição e mesmo ao controle dos problemas amazônicos.

O debate sobre a devastação da Amazônia e seus impactos negativos sobre a população e o meio ambiente, bem como sua contribuição ao aquecimento do planeta, - o "efeito estufa" são temas de críticas cada vez mais intensas, sobretudo na imprensa internacional.

No âmbito nacional, múltiplos atores disputam a supremacia dentro de um certo jogo de poder e reproduzem o mesmo tipo de discurso, que dá legitimidade à intervenção "econômica e política" dos países desenvolvidos sobre os problemas ambientais brasileiros.

A imagem do Brasil veiculada internacionalmente, o reduz à dimensão de um país que destrói suas florestas e assim, destrói o oxigênio do mundo, isto é; o coloca como um país irresponsável, política, social e ambientalmente.

Não pretendemos neste momento, entrar no mérito ou no julgamento destas afirmações nem na apreciação das políticas econômicas e ambientais brasileiras, atacando-as ou defendendo-as.

Tampouco temos a pretensão de isentar o Estado brasileiro e nossa Sociedade como um todo, do caráter mais-ou-menos realista destas acusações.

Todavia, sabemos que o Estado continua sendo o responsável pela elaboração e implementação das políticas públicas. E estas políticas são definidas em sentido amplo,

como o que o Estado decide de fazer ou de não fazer. Mais especificamente, são descritas como "como uma linha de ação finalizada, seguida por um ator ou grupo de atores confrontados à um problema ou a um sujeito de interesse."¹³

O Estado é então capaz de introduzir modificações e de realizar políticas para concretizar seus fins. Suas finalidades são condicionadas pela economia e pelos conflitos sociais. As mudanças econômicas afetam as modificações introduzidas ou não, pelas políticas estatais.

Segundo O'Donnel "em uma sociedade somente algumas questões são "problematizadas", isto é; escolhidas como objeto de preocupação de certas classes sociais, organismos ou grupo de indivíduos que consideram que existe um problema e que este problem exige uma solução."¹⁴

Chamaremos de "questão " a estes temas "socialmente problematizados. Em nossa pesquisa nós nos interessamos no processo de formulação do problema "Amazônia", procurando descobrir quem e em que circunstâncias a Amazônia é transformada em "questão".

Procuramos analisar quais os pretextos e quais as estratégias, os diferentes tipos de alianças criadas e como se constituíram as oposições. Enfim; "como", "por quê" e em "que contexto" a Amazônia é transformada em "questão " internacional.

Neste contexto, a escolha de um problema ambiental é a resultante da ação combinada da identificação do problema e da maneira pela qual o "jogo" (les enjeux) decorrentes do problema identificado são levados em consideração pelos atores nacionais e /ou internacionais.

Na "questão amazônica", a escolha pelos organismos supranacionais de um problema ambiental considerado transnacional, (à propósito do efeito estufa) é frequentemente uma etapa preparatória à intervenção dos governos nacionais que são geralmente lentos a agir em consequência dos múltiplos interesses envolvidos.

Na pesquisa intensa que realizamos sobre a questão ecológica amazônica, sempre ligada às transformações tecnológicas na região, identificamos quatro períodos históricos importantes para a compreensão do problema:

O primeiro, começa com a época colonial termina com a decadência da borracha, ainda na Velha República.

O Segundo, compreende os Governos Vargas durante os quais foram implantados planos econômicos pioneiros para a região, como por exemplo, O Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

O Terceiro, tem início com a "Operação Amazônia, em 1964, durante o Governo Militar e cobre três períodos de governo, indo até 1974.

E o Quarto, inicia-se nos anos 80 e termina em 1992. Nestes último período privilegiamos os governos pós-Revolucionários de Sarney e Collor, quando a "questão Ecológica" é internacionalizada.

Para realizar nosso estudo, privilegiamos dois discursos: o discurso externo, que mostrava o Brasil como irresponsável política e ecologicamente e com ele, justificava a sua "interferência nas políticas econômicas e ambientais brasileiras", e o discurso oficial do Brasil, representado pelos pronunciamentos do Executivo, das Forças Armadas e do Parlamento, como resposta às acusações internacionais.

O discurso do Poder Executivo foi delimitado aos governos pós-Revolucionários de Sarney e Collor.

O discurso das Forças Armadas, e o discurso parlamentar, nós os analisamos nos dois períodos governamentais citados.

Identificamos um eixo comum a esses discursos: de uma maneira geral, os diferentes discursos internos, seja o do Presidente Sarney, seja o do Presidente Collor, o das Forças Armadas e o discurso Parlamentar sobre a Questão Amazônica, todos, recusam um tipo de proposição de proteção ambiental que de uma certa maneira ameaçaria a soberania nacional, particularmente no que tange "à troca da dívida externa pela "preservação" da floresta.

No discurso do Presidente Sarney, o laço entre a preocupação estrangeira sobre a Amazônia e a interpretação segundo a qual considera esta preocupação como "ameaça à soberania brasileira", nos parece evidente.

No discurso do Presidente Collor, não sentimos esta preocupação. Ao contrário; seu discurso pede seguidamente a "ajuda internacional", tecnológica, e econômica" seja, porque de uma certa maneira, ele responsabiliza os países desenvolvidos pela crise ambiental no mundo, seja porque o Presidente Collor partilha com os países estrangeiros da visão de uma economia internalizada, apesar de enfatizar a questão da soberania, o que nos parece uma contradição.

A manifestação das Forças Armadas, manteve sempre a defesa da "soberania", embora, segundo OLIVEIRA (1990), tenha sido a ideologia e a ação dos governos militares ("Integrar para "Não" entregar) - que criaram a infraestrutura necessária e mesmo indiretamente realizaram a "internacionalização" da Amazônia, ao fundarem novas cidades em plena selva, e abrirem grandes estradas como a Transamazônica e a Belém-Brasília, desmatando e facilitando a implantação das grandes multinacionais, as principais responsáveis pela "questão ecológica" naquela região.

A posição dos Parlamentares, expressa pelas duas Comissões Parlamentares de Inquérito, denunciava o exagero das denúncias internacionais e considerava mentirosas e ofensivas ao Brasil as notícias veiculadas internacionalmente; bem como, abusiva a interferência estrangeira nas políticas econômicas e ambientais internas.

7 Considerações provisórias sobre a realidade da "questão amazônica"

Esta questão à qual damos o nome de "Problema Amazônia" é estreitamente ligada à maneira pela qual a região é reconhecida pelo poder central e em consequência, às políticas de desenvolvimento implantadas nesta região. Esta percepção é por sua vez, determinada pelas possibilidades econômicas que a mesma tem oferecido ao longo de sua história, com a finalidade de resolver os problemas externos à sua região, seja em relação à economia da metrópole, durante o período colonial, ou à ocasião de aproveitar da demanda específica de certos bens para o mercado internacional (borracha), ou ainda, na situação de região plena de recursos naturais necessários à expansão atual do capitalismo nacional e internacional.

A descontinuidade da ação do Estado, em investimentos em ciência e tecnologia e na política efetiva de controle ambiental, contribuiu decisivamente ao atraso político e econômico do país e da Amazônia.

A escolha do Estado em promover o desenvolvimento a partir da grande empresa, ou seja, a implementação de políticas de desenvolvimento baseadas nas grandes empresas, nacionais e internacionais, deu como resultado, a manutenção de uma situação desfavorável aos empresários locais e regionais, que viram o seu projeto de um parque industrial regional ser transferido aos grandes empresários do sul do país.

Assim, através de uma ação centralizadora do Estado, realizou-se definitivamente a incorporação da Amazônia ao processo de expansão capitalista nacional e internacional.

Esta expansão foi realizada de maneira irracional e prejudicial à região. Uma vez que grandes projetos foram implantados, os recursos naturais foram explorados de maneira predatória, provocando a devastação de grandes áreas da floresta. A parte mais afetada foi principalmente a mais importante e ligada aos interesses e culturas regionais: a que continha madeiras nobres, as áreas de plantação de castanha do Pará e dos seringais. Estas, numa rapidez sem precedente, foram transformadas em áreas para pastagens e para a agricultura industrializada.

A implementação sem controle das políticas de desenvolvimento na Amazônia, produziram os mais graves problemas que compõem a "questão amazônica": por um lado, a má utilização dos recursos naturais; a transferência dos recursos para o sul do país e para o exterior; o processo de expropriação das terras indígenas e dos caboclos, na corrida à pressão das consideradas "terras devolutas" do Estado; a violência dos conflitos entre os posseiros, os índios e os caboclos. Por outro lado; a grande empresa nacional ou internacional, produzindo todo o estímulo ao desmatamento, financiando e aproveitando-se dos conflitos locais, caracterizam o contexto político provocador dos irreversíveis impactos tecnológicos e ecológicos na Amazônia.

Entretanto, até que ponto, pode o Estado Nacional, deter mecanismos fortes e eficazes de controle do grande capital multinacional e inter regional numa superfície de difícil acesso como a região Amazônica?

A perda do controle acionário das empresas que formam um consórcio com capitais estrangeiros, ligados à grande autonomia com que as empresas multinacionais atuam, leva ao verdadeiro caminho sobre o qual o Brasil e a Amazônia marcham, seja o da descaracterização como país e como região e sua "desnacionalização" progressiva pela criação de verdadeiros Estados dentro do Estado. O Estado Nacional torna-se cada vez mais dependente do capital internacional e assim cada vez mais limitado para promover um controle das tecnologias predatórias e um desenvolvimento que respeite o meio ambiente.

Em analisando os fatores históricos e políticos da resposta do Brasil às pressões internacionais, tivemos a oportunidade de conhecer o poder reativo dos diferentes atores, suas percepções e suas ideologias, estratégias de interação e o papel do Estado.

Como diz Cardoso, (1990) "compreender o "modelo político do Brasil é, antes de mais nada, explicitar a forma, a organização, a ideologia do Estado, bem como as políticas que Ele formula. De uma certa maneira, aqueles que comandam, aqueles que são excluídos e aqueles que participam tornam-se explícitos."¹⁵

Entretanto, preferimos analisar estes impactos, muito mais, como um reflexo de uma situação econômica e política internacional, de um processo planetário de priorização da industrialização e do desenvolvimento tecnológico realizado sem controle, do que como um simples problema de irresponsabilidade política brasileira ou Terceiro-Mundista. Consiremos outrossim, que no plano nacional, a questão amazônica é também um reflexo de interesses internos em conflito: o jogo de poder sempre desigual entre industriais, seringueiros, posseiros, garimpeiros e grupos indígenas amazonenses, atores deste conflito interno que se coaduna com interesses externos. Esta "comunhão", esta "preocupação comum" reflete os interesses do capital internacional, mesclado com os interesses políticos, econômicos, científicos e ecológicos de representações nacionais.

No Brasil, nós vivemos uma situação de "política de Estado" (CARDOSO, 1989), onde as alianças entre o Estado, as Forças Armadas e as classes dominantes promoveram a implantação de políticas de desenvolvimento baseadas na utilização de tecnologias prejudiciais ao meio ambiente e na ampliação de graves problemas sociais.

A questão Ecológica ligada à má planificação e ao mau uso das tecnologias, refletem a ineficácia do Estado na defesa dos interesses públicos. Esta é a grande contradição e o Grande Impacto Tecnológico e Ecológico.

Outros atores são importantes e a participação da sociedade civil é ainda tímida, o que dá ao Estado Brasileiro a posição de ator privilegiado, porque é ele o responsável pelo desenvolvimento; cabe ao Estado escolher o modelo de desenvolvimento e fiscalizar a realização de seus objetivos.

No nosso caso, o Brasil, tem inegavelmente uma política complexa, com desigualdades regionais e grandes contradições sociais e políticas.

A destruição da Mata Atlântica, a concentração da riqueza e da poluição ao Sul, da pobreza e da desertificação ao Nordeste, da destruição do Pantanal ao Oeste e a devastação da Amazônia ao Norte, formam o mosaico vivo dos conflitos sociais e políticos internos e externos.

Apesar de progressos alcançados, seja em relação à questão amazônica ou em relação ao desenvolvimento do Brasil como um todo, o país continua com enormes contradições e desigualdades, ao ponto de ser apontado pelas estatísticas internacionais, o quarto país em injusta e vergonhosa concentração da renda nacional, apenas perdendo para Serra Leoa, República Centro Africana e Suazilândia. A renda média dos 10% mais ricos é 30 vezes maior que a dos 40% mais pobres. A desigualdade tem crescido sistematicamente no Brasil, sendo hoje bem mais elevada do que na primeira metade da década de 80. Os padrões brasileiros de desigualdade variam muito em relação às diferenças regionais, sendo sistemática a disparidade observada entre os padrões de renda no Nordeste - onde 45% das pessoas vivem em situação de pobreza - e demais regiões do país.¹⁶ Não podemos, pois, atribuir simplesmente às pressões internacionais toda a responsabilidade de nossos problemas ecológicos. Por outro lado, estas desigualdades sociais e econômicas, certamente estão ligadas à ordem de relações econômicas e sociais marcadas pela dependência. Eis a trama da questão tecnológica e ecológica brasileira.

Abstract: Was done an analysis of the "environmental issue" as a result of the technological progress in its numerous states and was emphasized its prime political dimension. The central idea is that the new technologies produce a new model of society and social interrelations, with such a never reached quality of the populations' life, nevertheless creating socio-political and cultural conflicts. Our objective is to analyze the

impact of technology, and the “ecological issue “ in its geopolitical dimension. We started with the hypothesis that impacts produced by the globalization of production and economy, bring policies of development. We associated the development of the ecological consciousness to the construction of the “Amazonical issue” as an ecological and political world-wide problem. With this point of view in mind, we studied the broad “brazilian ecological issue”: the ecological impacts of the Amazonia, its devastation and internationalization, and the internal and international political conditions for its appearance. Among the main streams which are promoting the ecological conscientization and expose the harmful effects of the progress, we pointed out the importance of the Club of Rome and its politico-teorical paradox: to promote the end of a model of development based on the exploration of the raw material and industrialism, and surrepticiously, praise globalization, politics, culture and economy on the scale of the planet, and sustain a system of management and trusteeship of the economically and politically “weak” nations, seen as producers of great technological and ecological risks.

Keywords: Ecological impacts, Ecological consciousness, Amazonian issue.

Notas explicativas

¹ Alf SHWARZ, Les nouvelles technologies et les problèmes environnementaux. Québec :ULAVAL, 1994, p.27.

² Lewis MUNFORD, la cité à travers l'histoire, Paris, seuil, 1974, p :23-28.

³ Leonardo BENEVOLO, The origem of modern Town Planning, Cambridge, MA: MIT Press, 1983. Apud Luois Guay, Traité des problèmes sociaux, Institut Québécois de Recherche sur la Culture, 1999, p.83.

⁴ Martin MELOSI, "Urban Pollution" Historical Perspective Needed, Environmental Rewiev, n° 3, 1897, p.37-45.

⁵ Émile DURKHEIM, la División del Trabajo Social. Buenos Aires : Shapiro, 1967, p. 7-32.

⁶ Edgar MORIN, Sociologie, Paris, Fayard, 1989, p.325.

⁷ Robert C. Paehlke, Environmentalism and the future of progressive Politiqcs, New Haven, CT, Yale University Press, 1989, p.5.

⁸ Samuel P.Hays, Conservation and Godspel of Efficiency. The Progressive Consevation movement, 9890-1920, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1959. Apud Luois Guay, Traité des problèmes sociaux, Institut Québécois de Recherche sur la Culture, 1989, p.83.

⁹ Samuel P.Hays, Op. Cit. p 84.

¹⁰ Ignacy SACHS, L'État de l'nvironement dans le monde, 1993.p.213.

¹¹ Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA. Integrar para não entregar. 1990.

¹² Francisco R. SAGASTI. Tecnologia, Planejamento e desenvolvimento Autônomo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986, p. 21..

¹³ PAINCHAUD, Paul. Les Politiques Publiques._Québec, GERPE, Université Laval- Chaire UNESCO, 1994, p.12.

¹⁴ O, DONNEL, G. y Oszlak. Políticas Públicas y Estado en América Latina - Algunas sugerências para estudo. Centro de Investigaciones en Administración Pública, Inst. Torquato di Tella, 1989.p.4.

¹⁵ CARDOSO, F.H. Le Progrès en question. Acte du IX colloque de l'A.I.S.L.F., Sociologie du Progrès, Menton, mai 1975, p.15.

Referências

BENEVOLO, Leonardo. The origem of modern Town Planning, Cambridge, MA: MIT Press, 1983.

BOURIN, François. Le Contrat Naturel dans l'État de l'environnement dans le Monde. Paris : La Découverte, 1993.

CAMBROSIO, A. Et DUCHESNE, Raymind. Les enjeux du Progrès. Ppresses l'Université du Québec, Sainte-Foy, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. Le Progrès en question. Acte du IX colloque de l'A.I.S.L.F., Sociologie du Progrès, Menton, mai 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique ; MULLER, G. Amazônia: expansão do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DURKHEIM, Émile. La División del Trabajo Social. Buenos Aires : Shapiro, 1967.

GUAY, Louis. Traité des problèmes sociaux, Institut Québécois de Recherche sur la Culture, 1999.

HAYS, Samuel, P. Conservation and Godspel of Efficiency. The Progressive Consevation movement, 1890-1920, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1979.

MORIN, Edgar. Sociologie, Paris, Fayard, 1989.

MUNFORD, Lewis. La cité à travers l'histoire, Paris, seuil, 1974.

O'DONNEL, G. y Oszlak. Políticas Públicas y Estado en América Latina - Algunas sugerências para estudo. Centro de Investigaciones en Administración Pública, Inst. Torquato di Tella, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Integrar para não entregar. Campinas, Papirus 1990.

PAEHLKE, Robert, C. Environmentalism and the future of progressive Politiqcs, New Haven, CT, Yale University Press, 1989.

PAINCHAUD, Paul. Les Politiques Publiques. Québec, GERPE, Université Laval- Chaire UNESCO, 1994.

PIMENTEL, Flavia Piovesan E Silvia. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais sob a Perspectiva de Gênero, Raça, Etnia e Desigualdade. São Paulo: 2006, Introdução. Resumen Ejecutivo: Relatório Paralelo ao PIDESC.

SACHS, Ignacy. L'État de l'nvironement dans le monde, 1993.

SAGASTI, Francisco R. Tecnologia, Planejamento e desenvolvimento Autônomo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

SHWARZ, Alf. Les nouvelles technologies et les problèmes environnementaux. Québec :ULVAL, 1994.

Revista Jurídica

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/index.htm

Artigo recebido em 29/12/2006 e aceito para publicação em 31/01/2007

A Revista Jurídica destina-se à divulgação de estudos e trabalhos jurídicos abrangendo todas as áreas do Direito.

Os originais serão submetidos à avaliação dos especialistas, profissionais com reconhecida experiência nos temas tratados.

Todos os artigos serão acompanhados de uma autorização expressa do autor, enviada pelo correio eletrônico, juntamente com o texto original.